

Protocolo 25- 1.529/2022

De: Clelia S. - SPU - CEIV

Para: Representante: FG BRAZIL HOLDING LTDA

Data: 24/07/2023 às 15:15:23

Setores envolvidos:

SGA - DEPE, SPU - DAP, SFA - CPD, SPU - CEIV, SPU - DAP - DIAP, SPU - DAP - ADM, SPU - CEIV - MEM

Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Prezados,

segue parecer final de análise do EIV do empreendimento GARDEN PARK HOME CLUB para providências.

Atenciosamente,

—

Clelia Witt Saldanha - MATRÍCULA PMBC 40.815

Fiscal de Obras II - SPU Presidente CEIV - Decreto 10.915/2022

Anexos:

PARECER_024_2023_Ed_Garden_Park_FG_4_Analise_Prot_1529_2022_FINAL.pdf

PARECER 024/2023 – CEIV
COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA
(CEIV)

- () Primeira Análise – Parecer nº 001/2023 - CEIV – 04/01/2023
() Segunda Análise – Parecer nº 014/2023 - CEIV – 01/06/2023
() Terceira Análise – Parecer nº 019/2023 - CEIV – 29/06/2023
(X) Quarta Análise – Parecer nº 024/2023 - CEIV – 24/07/2023 - FINAL

Processo Administrativo nº: e-1529/2022 (1DOC)

Requerente: FG Brazil Holding Ltda.

Empreendedor: Garden Park Cidade Jardim Empreendimentos SPE Ltda.

CNPJ nº: 17.214.416/0001-05

Projeto: Ed. Garden Park Home Club

Área do lote: 13.945,84 m²

Área a ser construída (projetada): 107.634,84 m²

Número de Pavimentos Totais: Torre 1 e Torre 2 - 49 pavimentos e Torre 3 – 57 pavimentos

Número de Unidades Autônomas Residenciais: 522 apartamentos

Número de Unidades Autônomas Não Residenciais: não possui

Vagas de Garagem: 1129 vagas privativas e 16 vagas condominiais

População estimada na operação: 3.596 pessoas para uso residencial

Endereço: Rua Miguel Matte, s/nº, e Rua Valmor Boaventura - Bairro Pioneiros

Uso: Residencial Multifamiliar.

DIC: 20541, 20542 e 20544.

Zona: ZACC-I-C (Zona de Ambiente Construído Consolidado Qualificado de Alta Densidade).

Enquadramento jurídico: art. 53, inc. I e II, da Lei Municipal nº 2.794/2008.

Despacho ref. cumprimento da "legislação urbanística geral": nº 14 e_1529/2022

Investimento previsto: 107.634,84 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 10.915, de 03 de agosto de 2022, que "Dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente de Análise de EIV – CEIV, e dá outras providências" e suas alterações;

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo nº 2019028287, o qual gerou o despacho 14 e-1.529/2022 (datado de 30/09/2022), em cumprimento ao art. 7º, da Instrução Normativa n.º 001/2019, da SPU, de 29.08.2019, em relação à conformidade com a "legislação urbanística em geral" do projeto arquitetônico apresentado para a aprovação de projeto;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que anteriormente à distribuição do EIV para parecer da CEIV, o projeto deve ser analisado pela equipe técnica da Secretaria do Planejamento, devendo ser submetido à CEIV somente se estiver de acordo com a “legislação urbanística em geral”.

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo.

A CEIV consigna:

Trata-se de Estudo de Impacto de Vizinhança de um empreendimento de uso “Residencial Multifamiliar” que teve seu processo de análise iniciado através do processo administrativo protocolo nº 1.529/2022. A Comissão emitiu o **primeiro** Parecer de Análise nº 001/2023-CEIV, em 04/01/2023, com as principais pendências referentes à compatibilização de informações entre EIV, projetos e documentos; metodologia aplicada para estimativa ou previsão de população; características do imóvel; descrição das obras; projeto de canteiro de obras; cronograma; terraplanagem; estimativas de demandas impactantes; sistema viário: estacionamentos, geração de viagens, destinação e sinalização de vagas de estacionamento, etc; limitações de uso e ocupação do solo, área de vizinhança; aplicação da Lei de Arborização; leitura da paisagem; impactos e matriz qualiquantitativa (relação de impactos, valorações e medidas mitigadoras), entre outros. A resposta ao parecer foi protocolada em 17/04/2023, sendo a primeira complementação do EIV. Após, em 01/06/2023, a CEIV emitiu o **segundo** Parecer de Análise sob nº 014/2023-CEIV, com o apontamento dos itens não atendidos, ou atendidos parcialmente, principalmente em relação: características do imóvel; descrição das obras; projeto de canteiro de obras; estimativas de demandas impactantes; sistema viário: estacionamentos, etc; limitações de uso e ocupação do solo, áreas de vizinhança; leitura da paisagem; impactos e matriz qualiquantitativa (relação de impactos, valorações e medidas mitigadoras), entre outros. Em 19/06/2023 a consultoria apresentou a segunda complementação do EIV, sendo emitido o **terceiro** Parecer de Análise sob nº 019/2023-CEIV, em 06/07/2023, com pendências relativas à caracterização do imóvel (APP, área de permeabilidade); vagas de estacionamento; croqui com a dinâmica do canteiro de obras – raios de giro, ângulos, manobras; matriz qualiquantitativa (relação de impactos, valorações e medidas mitigadoras). Em 06/07/2023 a consultoria apresentou a terceira complementação do EIV. Deste modo a comissão opina pelo atendimento da Lei Complementar nº 24/2018 quanto a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e as correspondentes medidas mitigadoras e compensatórias, desde que seja apresentado o EIV Final com as devidas atualizações e cumpridas as condicionantes indicadas neste parecer.

Considerando que a análise do EIV não dispensa e nem substitui os demais estudos exigidos pela legislação ambiental, conforme dispõe o §4º, do art. 3º, da LC 24/2018. E, conforme informações apresentadas nas documentações, parte do processo de análise do EIV, há divergências no tratamento jurídico para a classificação do curso de

água ou drenagem (que passa no interior do lote). Logo, esta Comissão não emite nenhum parecer referente às questões ambientais de Área de Preservação Permanente no terreno, onde é pretendida a implantação do empreendimento, informamos que a análise do EIV não valida questões ambientais para fins de licenciamento ambiental, sendo essencial este último para a emissão do Alvará de Construção.

Ainda, de acordo com o projeto apresentado verifica-se a retificação do curso d'água, logo, se faz necessário o licenciamento ambiental da mesma.

Apresentar solução para a faixa sanitária, de acordo com o Decreto Municipal Nº 10.752/2022.

No exercício de sua competência opinativa, a Comissão avaliou a Matriz de Impactos e as medidas propostas, considerou ainda outras medidas mitigadoras apresentadas no Estudo que não foram elencadas na Matriz e que deveriam ser incluídas no Termo de Compromisso a ser assinado pelo empreendedor junto ao Poder Executivo. E, após a análise de toda a documentação contida no Estudo de Impacto de vizinhança e suas complementações a Comissão Permanente de Análise dos Estudos de Impacto de vizinhança opina que poderá ser considerado **apto** o Estudo de Impacto de vizinhança do empreendimento denominado **Ed. Garden Park Home Club**, requerido por FG Brazil Holding Ltda, a ser implantado à Rua Miguel Matte, nº 586 e Rua Valmor Boaventura, s/nº (DIC's 20541, 20542 e 20544), no Bairro Pioneiros, N/C, exclusivamente em relação aos impactos gerados pelo empreendimento, e que serão suportados pela vizinhança, desde que atendida as condicionantes abaixo relacionadas.

Medidas Mitigadoras Durante a Implantação:

1. Os efluentes líquidos gerados no canteiro de obras deverão ter destinação correta, não comprometendo a qualidade hídrica da região;
2. Os efluentes gerados na lavagem de pincéis e demais utensílios de pintura sujos com tinta, solventes e etc., o empreendedor deverá instalar um sistema fechado com sistema de decantação e coleta do efluente para posterior destinação por empresa especializada e licenciada;
3. Aplicação do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos;
4. Atividades para sensibilização e educação dos trabalhadores da construção, visando, principalmente, o correto acondicionamento, armazenamento e transporte de resíduos;
5. Aplicação de Programa de Conscientização Ambiental, com objetivo de reduzir o consumo de água e energia na obra, bem como outros desperdícios durante a implantação e assuntos de meio ambiente;
6. Implantação o sistema de captação e reutilização de água da chuva na obra;
7. Priorizar a instalação de utilização de equipamentos econômicos de água, consequentemente menor geração de efluentes;

8. Realização de trabalhos de educação ambiental com os funcionários de obra para sensibilização quanto a redução do consumo de água evitando desperdício;
9. Geração de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados, obrigatoriamente por empresas licenciadas, os efluentes líquidos gerados durante a instalação do empreendimento;
10. Implantação de drenagem provisória para captação das águas no momento de execução das obras de terraplenagem, **evitando o desprendimento e carreamento de solo para a rede pública de drenagem de águas pluviais;**
11. Lavação das rodas dos veículos que estiverem sujas com barro, evitando que espalhem barro nas vias do entorno;
12. Cobrimento dos caminhões, com lonas, para evitar a queda de resíduos nas vias;
13. Realização de varrição das vias sempre que houver carreamento do solo o entorno.
14. Elaboração e execução de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, a fim de garantir a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta e transporte externos e destinação final dos resíduos;
15. **Execução do corte de vegetação somente mediante AuC - Autorização de Corte emitida pelo órgão ambiental licenciador;**
16. O corte das árvores isoladas deverá ser restrita ao previsto na AuC;
17. **Realização de Compensação Ambiental através da doação ou plantio de espécies nativas;**
18. Realizar o afugentamento e resgate da fauna silvestre durante a fase de supressão vegetal, buscando diminuir os impactos diretos sobre a fauna;
19. Recuperação de áreas degradadas (caso necessário), permitindo o retorno de espécies locais para a região;
20. Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social com o objetivo de evitar danos à fauna ou acidentes com a população do entorno;
21. Cumprimento às condições apresentadas na Lei Municipal nº 2377/2004, além da norma ABNT NBR 10.151:2019.
22. Funcionamento de maquinários utilizados nas atividades de serragem de madeira (serra fitas), circulares e de estaqueamento da construção civil de segundas-feiras às sextas-feiras, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, e sábados das 08:00h às 12:00h, exceto os aparelhos de estacas tipo "hélice contínua". Outros equipamentos poderão funcionar de segundas-feiras às sextas-feiras das 07:00h às 12:00h e das 13:00h às 18:00h, e sábados das 07:00h às 12:00h.
23. Manutenção periódica do maquinário como, por exemplo, a lubrificação dos equipamentos conforme a recomendação do fabricante, **para fins da redução na emissão de ruídos;**

24. Impedir o estacionamento de caminhões ou a descarga de materiais em locais indevidos, prejudicando o tráfego local;
25. Realizar a limpeza dos pneus na saída do canteiro de obras;
26. Realizar a limpeza das vias, se ocorrer derramamento de materiais ou solo do canteiro;
27. Cobrir com lonas os caminhões e outros veículos envolvidos na obra, se houver retirada de materiais que possam cair nas vias públicas;
28. Realizar a manutenção preventiva e corretiva de máquinas e equipamentos, **para fins de reduzir a emissão de poluentes do ar;**
29. Evitar o trânsito de máquinas, equipamentos e caminhões em horários de pico;
30. Todas as manobras, cargas e descargas de materiais devem ocorrer dentro do canteiro de obras;
31. Elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (atual, antes do início da obra/demolições/supressão de vegetação, etc) e, reparação dos danos causados pelos caminhões/equipamentos, incluindo os serviços de recuperação do pavimento, do sistema de drenagem, meio-fio, passeio, etc;
32. Implantação de área interna ao lote para manobras e operação de carga e descarga referente aos veículos pesados que transportarão materiais e insumos até a obra, devendo a mesma contemplar a demanda em sua totalidade, além de serem realizadas em horários não críticos, em respeito ao Decreto 4.020/2004;
33. Priorizar que as viagens de **veículos com insumos para a obra, durante a fase de implantação, ocorram fora dos horários de pico (conforme verificação através do EIT);**
34. Organizar as viagens de carga durante a obra de forma que não ocorram simultaneamente, sendo espaçadas ao longo do tempo, a fim de impedir fluxos de veículos de carga concentrados em pequenos períodos;
35. Instalação de telas de proteção sobre os caminhões com resíduos;
36. Limpeza constante das vias do entorno, com varrição e se necessária a lavagem, evitando a propagação de poeiras;
37. Aplicação de irrigação dos locais e dos serviços causadores de poeira;
38. Lavação de veículos e maquinários nas saídas de ambientes com solo exposto, principalmente na fase de movimentação de terra e fundações, no interior do lote;
39. Realizar manutenção periódica e preventiva em veículos e equipamentos emissores atmosféricos;
40. Utilização de matérias primas com origem ambientalmente regularizada;

41. Apresentação de cópia das Licenças Ambientais de Operação (LAO) dos principais fornecedores de concreto, cerâmica vermelha (tijolo), gesso, granito e argamassa, bem como contrato ou declaração proveniente destes fornecedores indicando a execução de efetivo acordo comercial;
42. Não realizar a lavagem dos caminhões bomba/betoneiras, envolvidos nas concretagens, na via pública, assim como não destinar os efluentes dessas lavagens para a rede pública de drenagem.

Medidas potencializadoras na implantação:

43. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú;
44. Priorizar a compra de materiais de fornecedores da região.

Medidas Mitigadoras Durante a Operação:

45. Desenvolvimento e **aplicação** de PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, específico para o empreendimento em questão, apontando e descrevendo ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características e riscos no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à redução da geração, segregação, acondicionamento, armazenamento, transporte e disposição final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente;
46. Instalação de torneiras arejadoras, descargas sanitárias com consumo de água reduzido;
47. Implantação de sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais, composto por reservatórios (reaproveitamento), com as seguintes **capacidades mínimas de armazenamento: torre A com volume de 18,68 m³; torre B com volume de 23,12 m³ e torre C com volume de 18,68 m³, conforme memorial do projeto hidrossanitário V_2;**
48. Os efluentes líquidos serão encaminhados à rede coletora da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú – EMASA e, após coletados, direcionados até a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) localizada no bairro Nova Esperança;
49. Instalação de torneiras com arejadores e descargas inteligentes que liberam três litros para dejetos líquidos e seis litros para dejetos sólidos;
50. Projeto Hidrossanitário que prevê a implantação de três tanques de retardo com volume total de 306,2 m³, para **mitigar** a área impermeabilizada pela construção do imóvel e reduzir o risco de enxurradas, uma vez que atrasa o despejo das águas pluviais na rede pública de drenagem (**torre A = 98,40 m³; torre B = 109,40 m³ e, torre C = 98,40 m³;**
51. Realização de Compensação Ambiental através da doação de mudas nativas, **na forma descrita no item 5, do Inventário Florestal, devendo apresentar relatório de cumprimento;**

52. Implantação de paraciclos de uso público com capacidade de 46 bicicletas. Além disso, haverá um bicicletário interno na edificação para os usuários do empreendimento utilizarem, sendo um total de 632 vagas;

53. Aquisição de placas de regulamentação e de advertência para o programa “Educação no Trânsito”. As placas serão utilizadas em palestras em instituições de ensino municipais/estaduais e eventos, com o objetivo de conscientizar crianças e adultos sobre um trânsito seguro. Os quantitativos, as dimensões e as características das placas são:

a) 02 placas de sinalização de regulamentação – Tipo R-1 – Parada Obrigatória

Dimensões: lado 0,35 m, orla interna branca 0,028 m e orla externa vermelha 0,014 m. Placa de formato octogonal.

b) 02 placas de sinalização de regulamentação – Tipo R19 – Velocidade máxima permitida – 30 km/h

Dimensões: diâmetro 0,75 m, tarja 0,075 m e orla 0,075 m. Placa de formato circular.

c) 02 placas de sinalização de regulamentação – Tipo R6c – Proibido Parar e Estacionar.

Dimensões: diâmetro 0,75 m, tarja 0,075 m e orla 0,075 m. Placa de formato circular.

d) 02 placas de sinalização de advertência – Tipo A-14 – Semáforo à frente.

Dimensões: lado 0,65 m, orla externa 0,013 m e orla interna 0,026 m. Placa de formato quadrado.

e) 02 placas de sinalização de advertência – Tipo A-33b – Passagem Sinalizada de Escolares.

Dimensões: lado 0,65 m, orla externa 0,013 m e orla interna 0,026 m. Placa de formato quadrado. Características das placas: placa em ACM e Película Refletiva grau técnico prismático, com impressão digital 1200 x 1200 dpi's, com aplicação de overlay, anti UV, na cor padrão Munsell com pintura eletrostática, conforme Manuais/Resoluções do Contran e normas ABNT NBR 16.179/21, NBR 14.644/21, NBR 14.891/21 e NBR 14.890/21.

54. Realização de rebaixamentos de guias (rampas de acessibilidade), nas faixas de travessias de pedestres a serem revitalizadas/pintadas, de acordo com as diretrizes da NBR 9050/2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, no entorno do empreendimento;

55. Elaboração em até 180 dias após a aprovação do Termo de Referência de estudos e proposta de reestruturação da malha viária no entorno do empreendimento, em especial na interseção da Rua Miguel Matte x Rua Antônio Bittencourt, bem como a realização da contagem de fluxo veicular, com análise do Nível de Serviço de cada vetor presente na rotatória na Avenida do Estado (próximo à Rua Gaturamo). Esses estudos visam subsidiar futuras tomadas de decisões da equipe técnica da Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito;

56. Revitalização da sinalização horizontal e vertical de todos os dispositivos do tipo faixa de pedestres, elevadas ou não, e lombada física, elencados no EIV. Toda a revitalização da sinalização horizontal será precedida de fresagem mecânica, quando for necessário a correção e retirada da sinalização de solo antiga que esteja irregular, apontada pela equipe técnica da Autarquia Municipal de Trânsito – BC Trânsito;

57. Realocação da faixa de travessia de pedestres que se encontra atualmente defronte à guia rebaixada de acesso ao empreendimento

58. Haverá **1.129 vagas de privativas** e 16 vagas condominiais – dentre estas, tem-se: 09 vagas para visitantes, 26 vagas destinadas para Portadores de Necessidades Especiais – PNE, 02 para embarque e desembarque, 02 para carga e descarga e, 117 vagas de estacionamento para motos;

59. As vagas para visitantes estarão dispostas em um estacionamento no lote do empreendimento, porém externo à edificação para que sejam realizadas entregas rápidas no edifício, como correios, delivery de comidas, entregas, etc, gerando comodidade e principalmente, menos interferência na busca por vagas públicas de estacionamento;

60. Implantação de três diferentes acessos/saídas para os veículos. Em um deles haverá uma faixa de aceleração e desaceleração, além de um espaço de acomodação que permitirá em fila 3 veículos. No outro acesso o espaço de acomodação permite 7 veículos em fila. Desta forma, dificilmente irão ocorrer filas para entrar no empreendimento que poderiam gerar conflitos e/ou congestionamentos na via de acesso;

61. Ainda, haverá um espaço externo ao empreendimento, porém dentro do lote, conforme já foi apontado em item anterior, o qual é localizado fora do caminho de entrada e saída de veículos do empreendimento. Desta forma, quando houver entregas, correios, delivery, entre outros, os mesmos poderão parar os veículos em local que não irão interferir no acesso ao empreendimento;

62. Construir ou reformar abrigo de passageiros de transporte público no entorno do empreendimento, conforme modelo disponibilizado pela Secretaria de Planejamento Urbano e indicação de localização pela Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito;

63. Disponibilização de kits de primeiros socorros na portaria do empreendimento;

64. Disponibilização de 2 (duas) quadras de esporte exclusivas e de áreas de lazer, sendo que a torre 1 (um) possuirá 1 (um) salão de festas com sacada e área técnica, 1 (uma) sala de jogos, 1 (uma) brinquedoteca; a torre 2 (dois) possuirá 2 (dois) salões de festas com cozinha e 1 (um) lounge e a torre 3 possuirá 1 (uma) academia com sacada, 1 (uma) sala de massagem, 1 (um) SPA com sauna seca e úmida, duchas, hidromassagem, 1 (um) playground, 2 (dois) quiosques com churrasqueira, 1 (um) espaço gourmet, 2 (duas) piscinas externas com espelho d'água, piscina rasa e profunda;

Medidas potencializadoras na operação:

65. Valorização do projeto arquitetônico através de projeto paisagístico, além de manter **parte** da vegetação nativa existente;
66. Realizar manutenções no acesso ao empreendimento;
67. Instalação de guarita e sistema de segurança;
68. Modificação de quaisquer fatores que venham confrontar o plano diretor da cidade e outra legislação, para que o empreendimento continue atendendo os parâmetros legais.
69. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú;
70. Priorizar a compra de materiais de fornecedores da região;
71. Incentivar a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional;
72. Estabelecer convênio com entidades de ensino para disponibilização de vagas para estagiários;
73. Pontos positivos econômicos e sociais, pela movimentação na economia local e valorização imobiliária do entorno.

Medidas complementares:

- a) No canteiro de obras prever os dispositivos de segurança: alerta, luminosos e sonoros, indicando os acessos (entrada/saída) de caminhões;
- b) Solicitar as devidas liberações com horários pré-estabelecidos para uso da pista contrária a fim de manobra e passagem, não a permanência;
- c) Necessário a reserva de, no mínimo, 5% das vagas totais, para idosos, respeitando o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003) e a Lei Municipal nº 2.794/2008 (artigo nº 36);
- d) Dimensões e sinalização das vagas gerais (simples, duplas, carga/descarga e visitantes) de automóveis e motociclistas deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do CONTRAN (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução CONTRAN nº 973/2022. Rever dimensionamento de vaga de carga/descarga;
- e) Dimensões, sinalização e numeração das vagas PNE e de idosos (automóveis) deverão respeitar a Resolução CONTRAN nº 965/2022 e anexos;
- f) Dimensões e sinalização das vagas para bicicletas deverão respeitar o Manual de Sinalização Cicloviário do CONTRAN (Volume VIII), regulamentado pela Resolução CONTRAN nº 973/2022;
- g) Vagas de embarque e desembarque não são vagas de estacionamento e sim de paradas. Dimensões e sinalização das vagas de embarque e desembarques deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do CONTRAN (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução CONTRAN nº 973/2022. Rever;
- h) Colocar em prática todas as medidas para garantir a segurança das propriedades vizinhas e áreas públicas adjacentes, na forma do art. 489, da Lei Municipal Nº. 301/74;

- i) Implantação do projeto de arborização;
- j) As medidas para o grupo de geradores de energia são: a instalação de atenuadores de ruído, canos com silenciador de descarga, isolamento acústico das paredes e porta acústica, bem como, a apresentação da avaliação da emissão de ruídos no relatório de cumprimento de medidas;
- k) Implantação dos programas e medidas, propostos no Plano de Gestão Ambiental – PGA.

Medidas complementares a serem observadas:

1. Observar a disposição da LC nº 24/2018, art. 11, § 1º:

"O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV."

2. Na definição das medidas mitigatórias, estas devem ser efetivas, sendo necessária a comprovação de cumprimento das mesmas através da apresentação de relatório, em cumprimento às disposições dos artigos 16 e 17, da LC nº 24/2018:

"Art. 16 No pedido de certidão de habite-se, o empreendedor deverá comprovar à CEIV, o recolhimento aos cofres públicos municipais, da medida compensatória, e o **Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias**. (grifo do autor)

Parágrafo único. As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, previstas no art. 17, deste diploma legal, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

Art. 17 Verificado pela CEIV, o descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, **pelo não cumprimento ou na reincidência**, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada." (grifo do autor)

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de Vizinhaça não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

O "Relatório de Cumprimento das Medidas Mitigatórias" deverá ser apresentado respondendo item a item do Termo de Compromisso (assinado entre município e empreendedor), comprovando o cumprimento de cada medida nas fases de implantação e operação.

Para prosseguimento deste processo, aguarde-se a versão final **corrigida em meio digital**, do EIV e anexos, conforme este parecer e complementações anteriores, que deverá ser apresentada em até 20 (vinte) dias corridos. Após a conferência da versão final, lavre-se o competente termo de remessa dos autos para aprovação e emissão dos termos.

Obs.1: As medidas mitigadoras na Matriz Versão Final deverão ser atualizadas conforme este parecer.

Obs.2: Pagar a diferença da taxa de análise devido ao acréscimo de área (referente 713,38 m²).

Balneário Camboriú, 24 de julho de 2023.

Michela Denise Parno - SPU
Secretária da CEIV

CLELIA WITT SALDANHA - SPU
(Presidente da CEIV)

MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO LENZI - SEMAM
(Vice-presidente da CEIV)

MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO - BC
Trânsito (membro da CEIV)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA – SEMAM
(membro da CEIV)

MAURINO ADRIANO VIEIRA – SPU
(membro da CEIV)

TAYNARA TRETTIN CAMPELLO – SPU
(membro da CEIV)

WALTER HERBERT GRUETER NETO –
SPU (membro da CEIV)

Obs.: este parecer é assinado digitalmente, sendo válido somente com as assinaturas.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BCFC-71D7-FEA9-2ADD

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 24/07/2023 15:16:13 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 24/07/2023 15:49:12 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHELA DENISE PARNO (CPF 004.XXX.XXX-24) em 24/07/2023 16:03:03 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURINO ADRIANO VIEIRA (CPF 907.XXX.XXX-00) em 24/07/2023 16:04:56 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TAYNARA TRETTIN CAMPELLO (CPF 024.XXX.XXX-96) em 25/07/2023 11:51:49 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



WALTER HERBERT GRUETER NETO (CPF 007.XXX.XXX-19) em 25/07/2023 13:04:26 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MATHEUS LOBÃO DE CARVALHO (CPF 429.XXX.XXX-84) em 25/07/2023 13:22:06 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/BCFC-71D7-FEA9-2ADD>